



Cadernos da Controladoria

Nova série Ano V, nº 3 - junho de 2005

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Cidade do Rio de Janeiro

Apresentação

Estamos reunidos para mais uma palestra da Controladoria Geral do Município. O palestrante de hoje é o carioca Sergio Besserman Vianna, diretor de informações do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP) da Prefeitura do Rio de Janeiro. Sérgio Besserman Vianna fez graduação e mestrado em Economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), onde é, desde então, professor do Departamento de Economia.

Também foi professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro e coordenador das empresas estatais do estado do Rio de Janeiro.

É autor de diversos artigos publicados em temas relacionados à Economia, à História e ao Meio Ambiente. Ingressou no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1987 depois de ter obtido o primeiro lugar no Prêmio BNDES de Economia, com a dissertação de mestrado "A política econômica do segundo governo Vargas - 1951-1954". Exerceu vários cargos executivos no Banco, como gerente da área de Planejamento, chefe de Gabinete da Presidência, Superintendente de Planejamento. Foi diretor da área de Planejamento de 1997 a 1999. Foi presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1999 a 2002. Boa tarde, Dr. Sérgio, passo a palavra ao senhor.

Vinícius Viana

Subcontrolador Geral do Município

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Cidade do Rio de Janeiro

Sergio Besserman Vianna

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2005

Muito obrigado. Agradeço o convite, a oportunidade, de falar para os técnicos da Controladoria. Nós vamos tratar de um tema - o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro (IDH) - que é do interesse de todos. Mas antes gostaria de aproveitar o assunto IDH para fazer uma discussão mais ampla sobre o papel da informação. Vocês trabalham diretamente com ela, não só usando-a como matéria prima,

mas também como produtores e às vezes organizadores de informação. Eu tenho o mesmo trabalho atualmente no Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP). No Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também tinha essa função. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a informação também era matéria-prima essencial para o meu trabalho.

Uma outra razão é que estamos vivendo um momento especial da vida brasileira. Estamos no meio de uma crise enorme e, sem entrar na discussão dessa crise, me interessa destacar que a questão da informação tem um papel muito significativo na essência de tudo que estamos vendo acontecer hoje no Brasil. Como historiador - a minha tese de mestrado é em História, tenho até publicado mais em História do que em outras áreas - me parece que, mais cedo ou mais tarde, alguém vai relacionar as profundas crises políticas que ocorreram nos últimos 15 anos com o papel da informação. Crises na Alemanha, na Itália, no Japão, na Rússia - e eu poderia listar muitos outros países, mas vou fazer questão de mencionar os Estados Unidos. Porque nos Estados Unidos houve duas crises obviamente ligadas à informação. No caso Clinton/Monica Lewinsky - que quase levou ao processo de impeachment - e também a crise política ligada ao sistema eleitoral na primeira eleição de George W. Bush. Nesses fatos, a informação desempenhou um papel fundamental.

Como historiador é difícil imaginar que com as características desse mundo novo - onde se vive e se trabalha com internet, com telecomunicações, às vezes a questão da informação passe despercebida. Não custa relembrar: quando eu comecei a trabalhar, a PUC tinha um computador de grande porte, perfurávamos aqueles cartões, eu passava noites inteiras lá. O Departamento de Energia Elétrica, onde ficava a informática, tinha alguns computadores pessoais. Hoje temos em casa, no trabalho, computadores pessoais. A internet surgiu e disseminou-se como rede mundial em 1994. As telecomunicações tornam o mundo contemporâneo completamente diferente do que era há muito pouco tempo.

É difícil deixar de perceber que muitas dessas crises políticas tiveram a ver com o conhecimento de fatos que antes nunca viriam à luz em todos os países, inclusive no Brasil. Com o passar do tempo caminhamos para o extremo oposto: é impossível que não venham à luz. Pode demorar um pouco mais, mas terminam por aparecer. Bismarck, chefe de Estado da Alemanha, tem uma frase conhecida: "quem sabe como se faz política e salsichas, nem consome salsicha nem gosta de política". A frase não é exatamente essa, mas gosto de registrar que, em relação às salsichas, o problema acabou. Exceto para quem compra salsicha na feira ou no interior, no rótulo da salsicha que compramos está escrito: carne disso, resto daquilo, conservante D6, estabilizante 2C4, corante... Está tudo lá basta saber ler. Então decidimos se queremos ou não consumir. O importante é que o modo de produção da salsicha está na embalagem.

A política cada vez mais caminha para ter um rótulo. Com a facilidade de acessar a informação, uma série de processos que sempre foram ilegais acabam aparecendo e a sociedade vai reagindo de acordo com o seu amadurecimento. Uma das formas de denominar a sociedade do século XXI é Sociedade da Informação e do Conhecimento. Acho essa uma forma extraordinária de mencionar o mundo no qual estamos entrando, realmente recente. Ainda que estejamos em um período de "vendaval" histórico. Quando nos referimos ao mundo de hoje dificilmente deixaremos de falar em globalização. Como economista registro o seguinte: em relação aos fluxos de capital (trilhões de dólares para lá ou para cá) como percentagem do Produto Interno Bruto mundial, já houve época em que foram maiores. O PIB mundial era muito concentrado em alguns países, mas já foi maior. Comércio mundial, como percentagem do PIB mundial, também já houve época em que foi maior. O fato de haver um império - já tivemos a "Pax Britânica", a "Pax Romana", hoje temos a "Pax Americana" - o que faz com que seja impossível falar do mundo contemporâneo sem mencionar a globalização? Uma coisa muito diferente: a informação, a velocidade com que ela circula. Para uma pessoa que trabalha em banco privado, na mesa responsável pela análise de conjuntura, a primeira atividade do dia é checar como os mercados fecharam de acordo com o fuso horário anterior a onde está. A partir dali começa a análise - às sete e meia, oito horas da manhã no Brasil. Todo dia o profissional analisa como fechou a Coreia, o Japão, etc e começa a trabalhar.

O fato de alguém morar em um lugar distante hoje não significa qualquer dificuldade de contato. E mesmo os processos produtivos têm se transformado de uma maneira radical devido à velocidade da informação. O exemplo mais dramático é o seguinte: estou em Londres e quero comprar uma passagem para ir à Manchester ou à Liverpool. A pessoa que vai fazer todo o processamento do meu pedido mora em Bombaim e o controle operacional do voo será feito em Bombaim, se for pela British Airways. Basicamente,

os custos correspondem a horas de trabalho de engenheiros muito qualificados, que custam muitíssimo mais barato em Bombaim, na Índia. Já o custo de levar informação de uma loja de Londres até Bombaim e voltar para essa loja de Londres que vai emitir o meu bilhete torna-se muito alto. Esse processo está começando e não é linear. Nós - como civilização e sociedade - teremos de fazer várias escolhas.

Sobre o termo Sociedade da Informação e do Conhecimento já achei que era errado, mas há três anos mudei de opinião. Antes achava que a "informação" nessa nomenclatura estava sobrando, pensava que o interessante mesmo para tratar da sociedade do século XXI fosse "Sociedade do Conhecimento". O conhecimento decide tudo. O único fator que interessa é quanto os cidadãos vão aumentar o seu conhecimento, esse é o único ponto de interesse na economia e no combate à desigualdade. Milhões de fatores interessam, mas esse é o único que decide sozinho. Se fizermos tudo certo mas não distribuímos conhecimento, ensino de qualidade, a desigualdade não vai melhorar. Se fizermos tudo certo na economia mas a sociedade brasileira andar lentamente na aquisição de conhecimento, a economia brasileira vai para o buraco em um horizonte de tempo mais longo. A aquisição de conhecimento aqui considerada vai desde a pesquisa de fronteira na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), no Centro de Pesquisa da Petrobrás (Cenpe) ou na Universidade de São Paulo (USP) até o motorista de táxi do Rio de Janeiro saber falar com o turista, arranhar umas palavras em outro idioma. É conhecimento em geral, vale para tudo e para todos e é decisivo.

A minha experiência no IBGE me fez ver que eu estava errado em questionar o termo Sociedade da Informação e Conhecimento. Claro que a questão da informação está presente: aqui na Prefeitura nós, como servidores públicos, já começamos a nos aproximar das nossas responsabilidades em relação a esse assunto e sabemos das escolhas que há pela frente. Não se trata da informação vista apenas como um dado sobre a realidade, mas a decisão do que produzir e do que não produzir de informação. Um exemplo claro: um desafio para a cidade do Rio de Janeiro (e não precisamos nos preocupar, pois ninguém tem feito nada nesse sentido, aqui ou em outras cidades, em nenhum estado, nem no Brasil) é trabalhar os registros administrativos de maneira muito mais organizada, inteligente e sofisticada do que é feita hoje. O registro é um manancial de informações sobre o funcionamento do governo, sobre a sociedade. Todos trabalhamos com o registro, mas ele não é acessado com facilidade pelos gestores ou pela sociedade, que precisa conhecer o que é feito.

Uma das coisas importantes do período em que trabalhei no IBGE foi assimilar a missão do Instituto. Dela faz parte "produzir as informações necessárias para retratar a realidade brasileira adequadamente, de modo a facultar o exercício da cidadania". Nós vivemos em uma sociedade com distribuição de renda muito ruim. O país não é pobre, mas também não é rico. Quando produzimos informação e a entregamos apenas a meios aos quais têm acesso apenas os consultores de empresas, os acadêmicos ou os servidores públicos, estamos excluindo a maior parte da sociedade brasileira do acesso a esse dado que retrata a realidade e que é importante para a cidadania. Estamos excluindo em uma postura correta, mas um pouco cômoda.

O único jeito de a sociedade conhecer a informação é através da imprensa. Um dia, quando fomos iguais à Finlândia, qualquer cidadão brasileiro vai poder entrar na internet e buscar informação. Até lá temos que falar com a imprensa profissionalmente, explicar o dado, procurar ajudar o jornalista a dar a notícia da forma mais fiel possível. Este é um trabalho de importância tão grande quanto produzir a informação, porque aproximadamente 90% da sociedade brasileira só vai acessar a informação através da imprensa. É um trabalho muito difícil. Certa vez levei o Elio Gaspari para dar uma palestra no IBGE e entre as muitas coisas inteligentes e interessantes que ele disse foi que o trabalho do estatístico e do jornalista situam-se em extremos opostos. O estatístico, se vê uma boiada com dez mil bois e um deles tem rabo de elefante, faz a crítica, tira a média e o rabo de elefante não existe. No outro extremo, o jornalista publica: "Boi está virando elefante. E a culpa é do governo". Como se casa essa informação? Então vamos trabalhar para o jornalista noticiar da melhor forma porque é um ponto decisivo, fundamental.

A questão da informação é ainda mais sofisticada. Agora, por exemplo, conseguimos registrar a informação - nos nossos cadastros, nas mensagens, nos computadores - com uma facilidade impressionante, o que nos leva a uma ilusão de que estamos dando vida mais duradoura à informação. Profunda ilusão. Há um livro, traduzido para o Português, de um físico americano hoje vice-presidente da Walt Disney Corporation, que inventou o processamento paralelo sem o qual nenhum de nós teria computador em sua mesa. O título é O relógio do longo agora: tempo e responsabilidade [Stewart Brand, 1999, Editora Rocco] no qual ele afirma

que estamos na idade das trevas digital. É uma expressão muito forte, mas que define dois pontos. Primeiro: um livro pode durar dois mil anos, ainda hoje é possível ler em papiro egípcio. Temos ainda exemplares das primeiras Bíblias de Gutenberg, de 500 anos. Mas um CD dura 12 anos: quem garante que as pessoas vão ter a preocupação de fazer cópias, de 12 em 12 anos, dos milhões de CDs que contêm informação? Segundo: os softwares mudam. Um exemplo é a inteligência artificial. Há dois anos, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), um pesquisador resolveu rodar novamente o primeiro programa de pesquisa em inteligência artificial, que havia sido feito há cerca de 28 anos, mas desistiu. O investimento para poder rodar o programa era de US\$ 5 milhões porque todos os softwares utilizados, e até alguns programas de compatibilidade de hardware, estavam fora de uso. Para recuperar tudo seria necessário gastar essa fortuna. Assim, quem garante que tudo o que estamos escrevendo hoje em Windows Explorer será compatível daqui a 60 anos? É pouquíssimo tempo, lembrem que a 2ª Guerra Mundial terminou há 60 anos... Quem garante que o mercado vai fazer com que os softwares de daqui a 60 anos leiam informações de hoje?

Existem ainda outros problemas, que são o excesso de informação e a questão de facilitar o acesso do cidadão à informação que interessa. O que levou os dois rapazes inventores do Google a ficarem milionários? Há pouco tempo, usávamos sites de busca como o Altavista e o Yahoo, entre outros. A diferença do Google foi um truque simples aliado a muita sofisticação tecnológica. No Altavista, se digitássemos: "Bíblia" apareceriam dez mil sites. Passaríamos a vida aqui para saber qual dos dez mil sites sobre a Bíblia interessava. É muito mais fácil ler a Bíblia toda novamente. A ordem que aparecia no Altavista e em todos os outros sistemas de busca se relacionava com a quantidade de vezes que a palavra "Bíblia" era encontrada no texto processado. No Google, em vez de aparecer nessa ordem - na qual venceria o texto que tivesse escrito "Bíblia, Bíblia, Bíblia"... - o primeiro site a ser mostrado passou a ser aquele mais visitado pelos usuários. Se maior número de pessoas acessaram aquela página deve ser provavelmente a que interessa ao maior número de pessoas. A partir daí, o Google se transformou nessa fantástica empresa.

Jorge Luís Borges, um grande escritor argentino, prêmio Nobel, tem um personagem genial em um conto para falar dessa questão do excesso e do acesso à informação. Ele criou - muito antes do computador, da internet, porque morreu antes de tudo isso - um personagem chamado Funes, portador de uma doença mental que, em vez de tirar a sua memória como o Alzheimer ou outras, fazia lembrá-lo de tudo, de toda e qualquer coisa. Ele lembrava o que tinha almoçado na quinta-feira há 25 anos e que dia da semana foi esse. Literariamente, o Borges desenvolve o conto de modo a demonstrar que o Funes é um indivíduo com uma incapacidade mental tão grande quanto alguém que não possui memória alguma. Iván Izquierdo, um dos maiores neurologistas do mundo, argentino, naturalizado brasileiro, publicou no livro A arte de esquecer - cérebro, memória e esquecimento [Vieira e Lent Casa Editorial, 2004] que, para a memória funcionar de modo eficiente, o ser humano precisa ser competente no exercício da arte de esquecer. Para poder lembrar direito é preciso saber esquecer direito. É um livro curto, feito para o público leigo, para quem não é cientista.

Isso tudo se aplica à produção e à disseminação da informação. Usamos a informação para a gestão, para o controle, mas também temos uma responsabilidade com a cidadania. Já mencionei a questão dos registros, mas vou enfatizá-la com outros argumentos. No mundo da estatística, em institutos de estatística como o IBGE, nos institutos mexicano, colombiano, francês, canadense, alemão, americano, a grande questão do momento é tentar produzir cada vez menos estatística (algo muito caro, pois é necessário contratar pessoal) e substituir as pesquisas primárias (que para serem realizadas é necessário ir nas casas e nas empresas) pelos registros. O IPP praticamente não faz pesquisa primária. Se o registro for bom tende a ser atual, muito mais do que a capacidade de fazer pesquisa, e dar a informação.

Na Dinamarca se discute não fazer o censo em 2010. Aquele país chegou à conclusão que, com o que possui de registros (civil e todos os outros), está de posse de quase todas as informações que um censo fornece. O censo é caríssimo. O Brasil gastou US\$ 350 milhões nos cinco anos de planejamento e realização do censo do ano de 2000. E foi muito barato: além de ter feito o censo com gerenciamento e controle de custo - porque quando não há dinheiro é preciso fazer muito com pouco - o salário é barato no Brasil. Como podemos ser intensivos em mão-de-obra pagava-se pouquíssimo ao recenseador e ele fazia o trabalho. Os Estados Unidos gastaram US\$ 14 bilhões de dólares para fazer o censo e 40% dos questionários foram respondidos pela internet - e a população americana não é nem o dobro da brasileira.

Com US\$ 350 milhões é possível transformar o sistema de trens que vai para a Baixada Fluminense em metrô. Mas fazer o censo é necessário no Brasil, é a nossa única fonte, até que com o tempo os registros possam se tornar a principal fonte de informação.

Acredito que a cidade do Rio de Janeiro tem massa crítica reunida para ser pioneira em dar o salto no sistema de informação. A Prefeitura tem registros, cadastros e capital humano, o que é raro em municipalidades. A União também pode fazer, já fez um pouco. Para quem se interessa por estatística de Saúde, o Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (Data-SUS) tem toda uma padronização, mas em outras áreas, como a da Previdência, continua um vexame.

Pois bem: chegamos então ao tema da palestra. Existe um índice que não é estatística nem é registro, na verdade é um indicador de desenvolvimento humano: o IDH. Trata-se de um conjunto de informações processado de modo a atender alguma necessidade. É um trabalho importante, como os indicadores de gestão, os indicadores para o exercício do controle. O IDH surgiu quando Amartya Sen, um economista indiano (com certeza não é uma coincidência que não tenha sido um americano, um inglês ou mesmo um francês), reparou que o único modo por meio do qual se pode comparar os países do mundo, as sociedades, é com uma informação econômica - PIB per capita. Quando se quer tratar do aspecto social procura-se por alguma informação direta - geralmente a taxa de mortalidade infantil, que é um fator muito dramático. Essa era a melhor aproximação para abordar a realidade social, mas que não é totalmente correta porque a economia não é tudo: é possível ter um razoável PIB per capita, mas ao comparar sociedades não são considerados muitos aspectos.

Torna-se então necessária uma outra informação: que seja simples de produzir, que possa ser produzida em todos os países do mundo, desde aqueles com os mais sofisticados sistemas de estatística - como Holanda, Canadá, Brasil - até os mais pobres, como Serra Leoa, Guatemala, Butão. Precisa, ao mesmo tempo, ser muito simples para poder ser comparável, deve dar um painel razoavelmente geral. Amartya Sen ganhou o prêmio Nobel de Economia por produzir um indicador, mas existem outros indicadores possíveis. O IDH é uma mistura de três aspectos: um tenta capturar a informação relativa à saúde e à qualidade de vida do corpo, digamos assim, usando longevidade e expectativa de vida. O IDH Longevidade corresponde a 1um terço do IDH total. Em relação à expectativa de vida, a informação que temos para todos os países, temos também para o estado e a cidade do Rio de Janeiro. No caso da cidade do Rio de Janeiro existe uma informação melhor do que em qualquer lugar do Brasil porque contratamos um estudo específico sobre expectativa de vida aos principais demógrafos do país, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE. O segundo fator é a economia, a renda per capita, e o terceiro aspecto do IDH, que pesa um pouco mais, é o conhecimento.

Amartya Sen usou duas variáveis muito adequadas. A divisão das áreas do IDH não acontece nessa proporção de um terço para cada, eu apenas simplifiquei. Para capturar o conhecimento ele utilizou duas informações problemáticas, uma delas de estoque: o analfabetismo (quantas pessoas não sabem ler e escrever em determinada sociedade). A outra informação foi de fluxo: a frequência escolar (qual o percentual de matrículas em relação a uma população em uma idade X). Não trata da qualidade do ensino, por isso tem alguns problemas. Por exemplo: se um aluno de 30 anos ainda está na 7ª série do ensino fundamental, ele ajuda o IDH a melhorar, entra no numerador. O denominador é a população total e a principal informação quantitativa que usamos para medir a qualidade do ensino é taxa de defasagem: em que série estão as crianças em relação à série que deveriam estar. A taxa de defasagem não afeta em nada o IDH Educação porque não importa em que série o aluno está, desde que esteja matriculado. O índice tem falhas, mas tem enormes virtudes: é comparável e possui uma padronização mundial.

A questão da comparabilidade na estatística da informação é muito importante, inclusive politicamente. Quando uma Prefeitura usa o IDH como critério pode até não estar usando o indicador totalmente correto, mas certamente estará utilizando o mais isento. Também não participou da produção da metodologia para fazer aquele indicador, feito pela Organização das Nações Unidas (ONU). Ou seja: o bairro com menor IDH é resultado da metodologia da ONU. Não há prefeito ou diretor (do IPP, do IBGE, da Federação Internacional de Informação e Documentação - FID) que possa alterar esse resultado, absolutamente neutro. Quando construímos nossos próprios indicadores (eles devem ser criados) às vezes podem significar que são os mais úteis para entender um pequeno aspecto da realidade, mas quando os usamos para fazer políticas amplas sempre ficam sob suspeita. Quando fazemos modelo macroeconômico - na cozinha da

estatística o nome é "marretar" - 'marretamos' os indicadores que queremos. Por exemplo: desejamos um indicador que coloque todo o dinheiro no bairro tal. Todo dinheiro nós não conseguimos, mas marreta aqui, marreta ali... Por isso é muito interessante que o índice tenha uma padronização mundial e seja comparável. Isso tem um grande valor e às vezes é o mais preciso da informação.

Outro aspecto importante sobre indicadores em geral, que vale para o IDH, é a função que se extrai do próprio nome: indicar. Há algum tempo foi publicada uma nota na coluna do Ancelmo Góis (O Globo) informando que o IDH de Ipanema seria igual ao da Noruega. A nota está correta, mas não tem nada a ver com Ipanema ser igual à Noruega. Nem para o bem nem para o mal. Em Ipanema há praia, na Noruega há geleira. Na Noruega há um milhão de coisas que não existem em Ipanema. O que aquela informação está dizendo (reparem o rótulo das salsichas) é que o IDH de Ipanema (ou seja: longevidade, renda per capita, frequência escolar e taxa de analfabetismo) é igual ao IDH da Noruega. Se faz sentido ou não comparar o bairro com o país é problema de cada um. Certamente faz sentido comparar a Itália com a França e com o Brasil. Ou a Alemanha com o Brasil, com o México... Gosto de uma história zen-budista para ilustrar: um discípulo chega para o mestre, aponta para a lua e diz: "Olhe a lua cheia". O mestre puxa a espada e corta o dedo dele e o discípulo atinge a iluminação (eles sempre atingem a iluminação...). Uma coisa é a lua cheia, outra coisa é o dedo que aponta para a lua cheia. Uma coisa é o desenvolvimento humano de uma sociedade, outra é o Indicador de Desenvolvimento Humano de uma sociedade. Este é um indicador escolhido pelas virtudes que mencionei, um trabalho genial do Amartya Sen, mas é apenas isso: um dedo que aponta para a lua cheia. Se olhamos para ele pensando que é a lua cheia, o melhor a fazer é cortar o dedo e deixar sangrar, porque é a única chance de chegar à iluminação. É importante não confundirmos esses aspectos, porque, geralmente, precisamos de muito mais que um indicador para compreender a realidade: temos que levar em conta também as limitações da informação, porque há estatísticas que não sabemos produzir.

No IBGE, meu lema gerencial era baseado na seguinte frase do jornalista Márcio Moreira Alves: "Se só existe no Brasil e não é Jaboticaba é besteira". Inventar um indicador pode ser muito útil, mas ele vai perder, necessariamente, muito do seu valor em termos de comparabilidade. Creio que o Rio é o único município do Brasil que tem o IDH por bairros e por Regiões Administrativas (RAs). IDH por municípios muitos têm.

Assim, a decisão de trabalhar com esse índice para que ele desempenhasse o papel de um instrumento para a cidadania e para a gestão. Foi muito interessante. No início houve até uma polêmica com o Prefeito. Quando cheguei no IPP o convênio já estava sendo formulado e o prefeito havia lido artigo de um excelente professor da USP, José Ely da Veiga - muito meu amigo, trabalhamos juntos na área de meio ambiente - criticando o IDH. Por uma série de motivos e na maior parte dos quais ele tinha razão. Mas tocava principalmente em uma coisa que incomoda os governantes: quase tudo que compõe o IDH é estoque, só frequência escolar é fluxo. Expectativa de vida, renda e analfabetismo são estoques, fatores que mudam lentamente. Um exemplo: a taxa de analfabetismo no Brasil tende a zero porque aproximadamente 98% das crianças com idade entre 7 e 14 anos estão na escola. Elas aprenderão no mínimo a ler e a escrever, mesmo que mal. Há estatística para comprovar isso. O analfabetismo se reduz com a morte dos analfabetos. Em parte, com a educação de adultos, mas essa parcela é muito pequena comparada com esse outro fator, de os analfabetos serem as pessoas de mais idade que vão, naturalmente, morrendo.

Se o IDH é utilizado para avaliar um governante - e a imprensa faz isso - o trabalho desse governante não será bem avaliado porque não houve tempo suficiente para que o trabalho aparecesse. Retornando então: o prefeito leu o artigo do José Ely e começou uma polêmica com o Paulo Bastos, meu antecessor, no IPP, que fez um ótimo trabalho técnico. Quando entrei, participei então dessa polêmica. Argumentei com o prefeito que existiam muitos indicadores possíveis. (Ele tinha usado o exemplo da Fundação Sistema Estadual de Análise de dados - Seade, de São Paulo, que criou um índice muito bom tecnicamente: o índice de responsabilidade social, que tem muito mais fluxo). Eu disse que poderíamos fazer também - e estamos fazendo hoje - algo parecido. O IDH tem méritos que nenhum outro índice tem: a comparabilidade e a neutralidade. Mandamos outros artigos, escrevemos cartas para o prefeito e dissemos: "podemos fazer o IDH".

Somos realmente o único município que possui o IDH da cidade como um todo, que eu passo a apresentar

em primeira mão, nem os meus colegas do IPP sabem que eu fiz um bom negócio. Em 2004 iríamos gastar R\$ 45 mil para licitar o Atlas do IDH, um software que a partir dos resultados do IDH permite que o usuário faça seus próprios mapas, processe e organize os dados. Não fizemos por orçamento, as prioridades foram outras. Tudo que existe sobre o IDH está no Armazém de Dados, mas não há esse aplicativo, é um software específico. Hoje, o coordenador da representação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Dr José Carlos Libânio, me ligou. Depois de apelos que duraram quase um ano ele contratou o software para colocar a base de dados do município do Rio de Janeiro. E vai mostrar no site do PNUD como um exemplo do que os municípios podem fazer. Isso é o que interessa a ele, que todos os municípios tenham acesso. Esse aplicativo vai ficar disponível também, gratuitamente, no Armazém de Dados. Na visão de Amartya Sen, o conhecimento que produz renda produz saúde e sobrevivência - nessa direção. Estou inteiramente de acordo, mas acho que poderia haver ações menores na direção contrária também: um pouco de renda ajuda muito a ter acesso ao conhecimento, etc.

No mapa que compara o Rio com outros 11 grandes centros urbanos do Brasil tive uma decisão difícil para tomar. Antes vi um trabalho que comparava o Rio com aproximadamente 80 municípios e o Rio ficava mal. Percebi então o óbvio: não dá para comparar municípios de 100 mil habitantes com municípios de 100 milhões de habitantes. Nós já tínhamos um convênio com o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), um convênio acadêmico, e eu não poderia dar uma ordem para que fizessem a informação de uma forma mais correta. Ficaria parecendo que eu queria proteger o município do Rio. Por outro lado, se eles fizessem errado, comparando o Rio com municípios de populações muito pequenas, a informação não seria boa. Discutimos muito com a equipe do IUPERJ apenas sobre conteúdo e eles tomaram a decisão de comparar o Rio com os 11 centros urbanos que têm mais de um milhão de habitantes. Achei bom e foram eles mesmos que decidiram. Mas ainda não é o mais correto: entre um milhão e seis milhões são 500% de diferença. Na verdade, o Rio só é comparável mesmo com São Paulo, Belo Horizonte, Recife.

Neste outro gráfico temos o IDH e o Censo de 1991 e 2000. Infelizmente, só vamos ter outros dados do censo em 2011. Comparando o IDH do Censo de 1991 mostra a longevidade, a renda per capita, a frequência escolar e o analfabetismo. Aparece o ranking dos 11 centros e, na tabela seguinte, o ranking da classificação de 2000. Nas duas primeiras colunas, está o valor do IDH. A ONU considera IDH baixo até 0.6, médio de 0.6 até 0.8 e alto de 0.8 em diante. Nesses 11 centros só temos IDH na faixa do médio e do alto, quase todos do alto. E vocês podem questionar: "Como é que pode, o Brasil com essa pobreza toda?" Nós vivemos em um país muito injusto, mas não em um país tão pobre. Tentem imaginar: o Brasil tem uma África dentro dele. É complicado pensar isso. Como imaginar uma África em um país onde 98% das crianças com idades entre 7 e 14 anos vão para a escola e comem? Não estou discutindo a qualidade do ensino, que é muito precária. Mas coloque 98% das crianças africanas em escolas com merenda escolar. Passa a não ser mais a África.

Nessa outra tabela estão os valores e como eles evoluíram. O Rio de Janeiro era o 5º colocado e de 1991 a 2000 evoluiu para 4º, ganhou uma posição. São Paulo perdeu posições: era o 2º e caiu para 5º colocado. Curitiba teve a maior melhora: passou do 4º para o 2º lugar. Eu, com minha visão de economista, gosto menos dessas variações de ranking. Mas geralmente quem trabalha com IDH gosta muito. Eu prefiro a taxa de crescimento: quanto mais alto é o IDH, mais difícil é a taxa de crescimento ser alta, porque como já é bom é difícil melhorar. O Rio teve uma taxa de 5.5, que para o IDH que tinha - quase alto, quase 0.8 - é bem razoável. É a mesma taxa de Brasília, é maior do que a de Porto Alegre - que também tem IDH alto - e é menor do que a de Curitiba, a cidade que mais avançou. Estados com IDH baixo têm maior facilidade de ter uma taxa de crescimento alta. Nas cidades é diferente. Fortaleza, por exemplo, conseguiu 9.6 de taxa de crescimento. Mas IDH baixos pode não conseguir altas taxas de crescimento: Manaus que hoje tem um IDH muito ruim, o mais baixo deles; era superior ao de Fortaleza, ao de Recife, mas agora é o último e registrou taxa de crescimento de 3.9 - enquanto Recife e Salvador ficaram com 7.2 e Fortaleza com 9.6. Ou seja, políticas públicas e realidades socioeconômicas interferem muito nos índices. O que fez baixar muito o índice de Manaus foi o IDH Renda, devido à crise da Zona Franca de Manaus na década de 1990.

O IDH Educação inclui frequência escolar e taxa de analfabetismo. O Rio de Janeiro era o 2º colocado e perdeu duas posições para Curitiba e Brasília. Mas nossa taxa de crescimento - para quem já tinha o IDH alto - é bastante razoável: 5.2. Curitiba e Brasília conseguiram taxas sensacionais de crescimento na redução do analfabetismo e na frequência escolar. A taxa de crescimento de Belo Horizonte é muito boa

também, a de Belém é fraca (para quem tem o IDH maior do que 0.8), a de Salvador é 7.9, a de Fortaleza é 12.8, que também é sensacional. Minha explicação está sendo breve porque tudo isso está no site do Armazém de Dados (www.armazemdedados.rio.rj.gov.br).

Em relação ao IDH Renda, o Rio caiu de 4º para 5º lugar, resultado da dificuldade das grandes metrópoles, que estão perdendo industrialização e tendo que apostar em serviço. Mesmo assim o IDH do Rio cresceu 5.8% e o de São Paulo 2.6%. E a melhor comparação, neste caso, é com São Paulo. No IDH Longevidade o Rio ficou com o mesmo índice em 1991 e 2000. E assim o Rio ganhou uma posição no IDH geral. O IDH é como o triatlon: há natação, corrida e ciclismo. Podemos perder uma posição no ciclismo, uma na natação e ficar empatado na corrida. Com esse resultado, ganhamos uma posição no triatlon, porque dependemos da performance dos outros competidores. Mas repito que prefiro olhar sempre a taxa de crescimento porque esta diz o quanto se está melhorando de fato.

Agora passando para o IDH nas Regiões Administrativas do Município do Rio. Foi um trabalho difícil porque as RAs mudaram de 1991 para 2000, não necessariamente obedecendo aos limites do censo do IBGE. O Rio é um município complicado: são seis milhões de pessoas, muitos bairros. Comparando as RAs, vocês vão encontrar a mesma tabela feita para os municípios, ou seja, com a evolução do IDH propriamente dito. Na parte debaixo da tabela encontramos: Complexo do Alemão, Maré, Jacarezinho, Rocinha, Guaratiba, Santa Cruz, Cidade de Deus, Pavuna. Na parte de cima vamos encontrar: Copacabana (de 3ª colocada passou a 1ª), Lagoa (de 1ª passou a 2ª), Botafogo (de 2ª e passou para 3ª). Encontramos também nessa tabela as variações na posição e a taxa de crescimento de cada bairro. A cidade do Rio de Janeiro não tem mais nenhuma RA que se situe na faixa de IDH baixo. O IDH do Rio, inclusive o menor, que é o do Complexo do Alemão, já é médio ou alto. Eu me sinto obrigado a repetir: isto não quer dizer que o desenvolvimento humano de todas as RAs da cidade seja médio ou alto, quer dizer que o IDH é médios ou alto.

Há coisas que nós não sabemos como produzir informação a respeito. Dando uma pausa no IDH: vejamos duas famílias cujas variáveis socioeconômicas (não apenas a do IDH) são idênticas. São famílias 'clone': têm o mesmo número de filhos, a mesma educação, tudo é igual. Porém, uma mora em favela onde o tráfico domina e outra mora em favela onde não há essa realidade. Do ponto de vista da estatística as duas famílias são igualmente pobres, elas não são igualmente pobres, são completamente diferentes uma da outra. Como é que se mede isso? Não sabemos, é um problema do Brasil, da Colômbia, de alguns países da África. O instituto de estatística do Canadá, por exemplo, nunca se preocupou com isso e nós não sabemos medir essa realidade. Mas em relação ao IDH, a notícia é muito boa. Como disse, não há mais RA com IDH baixo no município do Rio de Janeiro, só médio ou alto. O IPP é bom em geo-referenciamento e nós temos facilidade de traduzir os dados em um tipo de informação que, ao ser visualizada, permite abreviar o tempo de apreensão. Assim no mapa das RAs aparece o que sabemos: a Zona Sul e a Barra da Tijuca têm IDH alto, é um retrato bastante razoável da geografia social do Rio de Janeiro. Este outro mapa é diferente: mostra as regiões administrativas que mudaram ou não de posição. Os bairros da área mais clara continuam com a mesma posição; perderam posição aqueles da área com cor intermediária e ganharam os da área com cor mais escura. Em si a informação diz pouco, mas quando as secretarias municipais de Educação, de Saúde, vão se debruçar sobre alguns problemas, pode ser que essa informação seja relevante.

Em relação à taxa de crescimento há as RAs que melhoraram mais o seu IDH e as que melhoraram mais lentamente. Aquelas que melhoraram lentamente estão na área mais clara, a área que tem maior IDH foi a que melhorou mais lentamente. Os que melhoraram rápido estão na faixa de menor IDH. Repito: em parte isso pode ser resultado de políticas públicas, em parte pode apenas refletir o fato de que, quanto pior a situação, mais fácil é melhorar a taxa de crescimento. Por exemplo: quanto pior for a mortalidade infantil, mais fácil é reduzi-la. Se em um lugar onde nunca foi feito nada, a Pastoral da Criança chega e ensina o soro caseiro, a criança desnutrida não vai morrer de diarreia. Se ensinamos que basta pegar um copo de água e colocar duas colheres de açúcar e uma de sal para dar à criança, a mortalidade infantil vai cair muito. Não muda grande coisa, mas a criança não morre, o que é fundamental.

No IDH Educação estão frequência escolar e taxa de analfabetismo. Este indicador reflete exatamente a realidade social da cidade. O IDH Educação é alto onde a cidade é rica: na região da Rocinha, da Maré e do Complexo do Alemão menos ainda. O IDH Renda mostra que a cidade é rica na faixa mais escura. Aqui, o

IDH de Ipanema é igual ao da Noruega. Fica um pouco menos rica na área intermediária. Mas o IDH da Ilha do Governador é alto porque o Jardim Guanabara tem um IDH altíssimo e renda alta também, o que puxa o IDH Renda da Ilha para cima, mesmo havendo favelas lá. A área mais pobre é a cor mais clara. O IDH da expectativa de vida é o da longevidade. Na área escura as pessoas vivem muito, na intermediária a expectativa de vida cai um pouco e o IDH Longevidade da área mais clara tem uma peculiaridade interessante: é baixo de para o padrão da ONU, não chegou a 0.7, que é o valor mínimo para ser considerado médio. Do ponto de vista da longevidade essa área mais clara compara-se a um país africano.

Esse mapa é do IDH por bairros. Então o que aparece são praticamente as mesmas informações, mas incrustada na Zona Sul está a Rocinha. Nessa área o IDH é mais baixo (área clara), mas na Ilha do Governador é tão alto quanto o mais alto da cidade. O IDH da classificação entre os bairros mostra que a área mais pobre, com IDH Longevidade baixo, é também a área onde a população está crescendo. É preciso atentar para esse pano de fundo: a cidade do Rio de Janeiro está com a sua população estabilizada, temos a melhor projeção demográfica do Brasil, segundo trabalho contratado a dois dos cinco maiores demógrafos do Brasil, que fizeram a projeção de população inclusive por bairro. Não quer dizer que essa projeção vai acontecer, é uma expectativa. Se tudo continuar acontecendo como nos últimos 10, 20 anos essas serão as populações dos bairros em 2010 e 2020. A população da cidade está estabilizada em cerca de 6 milhões de habitantes e vai chegar a 6 milhões e 200 mil habitantes no pior dos casos - provavelmente menos do que isso - em 2020. Um padrão europeu. Mas a população se move, sai de áreas com IDH mais elevado. Isso acontece tanto com a população que reside em área formal, como com a que mora em favelas, em área informal.

Ao contrário do que se imagina, a população das favelas na AP1, AP2 e AP3 está estabilizada. A população decresce em algumas favelas e, em outras, cresce lentamente. Entretanto, o crescimento da população de favelas na AP4 e na AP5 é muito grande, porque do mesmo jeito que a população vai para lá porque lá há renda e emprego, quem mora em favela faz o mesmo, só que nessa área em que há infraestrutura montada. Claro que é um retrato parcial da cidade, deveríamos estar vendo toda a região metropolitana. Favela nova é muito pior do que favela velha: favela nova não tem saneamento, coleta de lixo ainda. Na favela antiga há saneamento, em quase todas há coleta de lixo, uma ou outra obra de Favela Bairro, urbanização. Se houvesse linha de metrô levando a pessoa ao emprego em meia hora, pelo menos parte dos moradores em vez de vir de uma favela precária para outra com mais infra-estrutura optaria em continuar onde está, tanto no Rio quanto na região metropolitana.

Em relação ao IDH Educação, a informação do mapa preocupou muito a Secretaria Municipal de Educação (SME): o IDH da Rocinha aparecia muito baixo. O prefeito também ficou incomodado, cobrou da SME, fizeram reuniões, até desvendarmos o que a informação significava. Não temos estatística para tratar da qualidade do ensino nessa favela, mas nenhuma criança da Rocinha tem dificuldade de se matricular em uma escola. O que joga o IDH Educação dessa favela para baixo é um fenômeno muito interessante: a Rocinha recebe muitos migrantes altamente capacitados do ponto de vista profissional, senão não teriam condições financeiras de morar na Rocinha porque lá o custo de vida é mais alto do que nas outras favelas do Rio: é caro o aluguel, é caro comprar. Geralmente esses migrantes são mestres de obras, chefes de cozinha que vêm do Ceará, principalmente. São pessoas que sabem trabalhar muito bem, que já chegam com emprego e com renda para morar na Rocinha. Mas eles são analfabetos, não tiveram educação formal e nem vão ter. Eles não vão entrar na escola, pois estão trabalhando na Zona Sul ou na Barra da Tijuca, mas fazem com que o IDH Educação, que tem o analfabetismo como componente muito importante, caia. Penamos até termos uma explicação para isso, de que o índice não depende da rede escolar.

No IDH Renda é evidente que a distribuição de renda da cidade é como a distribuição de renda no país: profundamente injusta. Sem muitas novidades, aparece aqui o Jardim Guanabara em uma tonalidade tão escura quanto Ipanema e Copacabana. Notem que o IDH do bairro inclui a favela. No caso de Copacabana estão Pavão-Pavãozinho, a Babilônia e o Chapéu Mangueira, que não são suficientes para baixar o IDH Renda de Copacabana, que é muito alto mesmo tendo favela. Reparem a informação novamente, o rótulo da salsicha.

Quando se olha o IDH dos municípios do Brasil, para quem é do Estado do Rio, Niterói chama logo a atenção porque tem um IDH muito alto. Niterói é melhor do que o Rio, mas não tão melhor. Vocês estão notando que toda a informação aqui está produzida de acordo com a divisão administrativa: país, estado,

município, RA, bairro. A realidade econômica e social obedece ou não a divisão administrativa (quase nunca obedece). A questão de Niterói é que as favelas não estão lá. Até existem favelas, mas enquanto a população de favela do Rio está no Rio, as favelas de Niterói estão em São Gonçalo. Se verificarmos o IDH de Niterói e São Gonçalo juntos, o índice cai. É preciso destrinchar tudo um pouco mais.

No IDH Longevidade um engano muito comum induz ao erro. Por exemplo: se a Secretaria Especial da Terceira Idade vai fazer uma política para os idosos pensa-se imediatamente em Copacabana. Agora entrem no site Armazém de Dados e vejam o produto chamado Rio em Foco, especial para os idosos. Leiam bem o rótulo da salsicha: quando forem ver qual é o bairro com a maior proporção de idosos encontrarão Copacabana. Esse número é quase igual ao de Viena. A qualidade de vida de Copacabana aumentou muito porque a população diminuiu, os filhos das famílias saíram do bairro. Às vezes, vê-se um casal, uma senhora idosa, morando sozinhos em um apartamento de três, quatro quartos. Os filhos foram para a Barra da Tijuca, para o Recreio... Além disso, Copacabana tem uma população idosa que costuma ter uma renda de aposentadoria para se manter, a qualidade de vida melhorou muito. Eu os induzi ao erro e vocês erraram, não leram o rótulo da salsicha. A maior proporção de idosos está em Copacabana, mas a RA e o bairro que têm o maior número de idosos está em Campo Grande. E é uma população de idosos pobres, enquanto os idosos de Copacabana têm renda. Se quiserem fazer uma política focada nos idosos, Copacabana merece atenção, mas a maioria dos idosos está em Campo Grande, na Zona Oeste, e é pobre.

Quando cheguei no IPP, o site Armazém de dados já estava pronto, resultado de trabalho de muitos anos dos técnicos da Prefeitura. Possui cartografia, que não tem em muitos municípios; tem geo-referenciamento, que inexistente em muitos outros. Estamos tentando transformar o site em um canal que fale com todos os tipos de públicos. Tenho um colega economista, filho do Pedro Gaiger - um geógrafo de 85 anos que trabalha na minha diretoria e foi chefe do IBGE. O trabalho do Leo Gaiger era usar estatísticas hiper sofisticadas e fazer com que o cliente que compra um produto leve outros que ele não entrou na loja para comprar. O Leo Gaiger percebeu que quem comprou detergente também comprou rolo de papel, então colocou o rolo de papel no caminho do consumidor, ou seja, tudo é manipulado. Isso é o que estamos tentando fazer no Armazém: aumentar os clientes e oferecer produtos para cada tipo de visitante. Também temos feito seminários sobre o Armazém de Dados porque apesar de os produtos serem cada vez mais amigáveis e simples, às vezes a pessoa não está disposta a fazer o investimento para ver como funcionam alguns deles. Pode levar tempo para aprender a usar um determinado produto, mas se alguém mostra como fazer o aprendizado é automático.

O mais importante ao procurar as estatísticas é a busca. Se digitarmos "IDH", aparecem os estudos e as tabelas. Podemos digitar também "população" e vão aparecer todos os dados sobre a população - nota técnica sobre o crescimento da população favelada, projeção, entre outros dados. A mapoteca tem vários tipos de mapas disponíveis. Um problema nosso é que o Armazém ficou muito valorizado e as pessoas passaram a colocar no currículo os estudos publicados no site. No início da vida do Armazém, qualquer estudo sobre a cidade que nos mandassem ia para a seção Estudos. Agora temos que montar um Conselho Editorial para decidir quais textos irão entrar no site e quais serão os critérios. Um critério é não ser propaganda política, o texto deve ser neutro. Entre os destaques, portanto, está a série Rio em Foco. Em outras seções podem entrar estudos de Turismo, sobre pessoas com deficiência. Os aplicativos estão no Portal Geo. Vou dar um exemplo de como é importante a informação estar ao acesso das pessoas: digamos que existe um aluno do Chapéu Mangueira que estude no Leme e resolveu fazer uma redação sobre o morro onde vive. Ele quer saber a idade da população que mora no Chapéu Mangueira. Ou se for a semana do Meio Ambiente, ele quer tratar da coleta de lixo na favela. Olhem o grau de detalhe da informação: coleta de lixo no Chapéu Mangueira + população em idade. É só entrar no link Morei e a procura pode ser feita por RA, bairro, favela, setor. Basta procurar Chapéu Mangueira, selecionar a opção, depois selecionar Pessoas Residentes, Idade em Anos e então encontraremos o resultado da pesquisa. Esse é um aplicativo que contém todas as informações do questionário básico do censo 2000. Mas vamos imaginar que um aluno precisa fazer um trabalho escolar sobre Copacabana: ele pode entrar no aplicativo Bairros Cariocas. Aparece o mapa da cidade com todos os bairros e é possível escolher Copacabana pelo nome ou pelo lugar. Após selecionar "Copacabana" surgem todas as informações sobre o bairro - não só de censo mas também de registro. Em Educação aparece quantas escolas há no bairro, o número de alunos, etc. Há um aplicativo que permite que o usuário faça o seu próprio mapa.

A dificuldade de produzir os registros administrativos da própria Prefeitura existe de forma muito

assimétrica, ou seja, depende muito da Secretaria. E, ao depender da Secretaria, a dificuldade pode estar relacionada a muitos fatores. No primeiro almoço que tive com o prefeito contei uma historinha do tempo do IBGE. Disse que gosto de ler O Pequeno Príncipe, de Saint-Exupéry, porque aprendi muita política nesse livro. Há um trecho em que o garotinho está no asteróide e o rei diz que ali naquele planeta ele manda o quanto quiser. Nosso pequeno herói então pede ao rei para mandar o sol se por. O rei responde que vai dar a ordem, mas que seria preciso esperar só um pouco, até a hora do sol se por. contei essa história, falamos de política, economia e, ao final do almoço, eu disse: "Senhor prefeito, houve um tempo em que o IPP recebia a base de dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS). Para nós seria sensacional voltar a receber essas informações, mas estamos com um problema na Fazenda, acabou o contrato com a empresa. O senhor poderia ajudar? E ele respondeu: "Poderia, mas o sol ainda não se pôs". Me lasquei. Mas o sol está se pondo agora, estamos acertando tudo com a Fazenda.

A equipe do IPP olha com muita atenção as informações novas. Os registros administrativos que estão nascendo agora já são organizados desde o início. Algumas Secretarias têm a organização da informação muito boa, em parte por mérito da Prefeitura, em parte porque pertencem a um sistema maior, como é o caso da Saúde. Ali existe um sistema que produz informação no Brasil todo e aí o Rio se sai muito bem. Em outras Secretarias é uma questão de organização. Na minha própria Secretaria, de Urbanismo, alguns cadastros eu recebo muito bem, em outros a informação não está digitalizada, o trabalho é manual. Quero ressaltar que este quadro não é diferente do restante do Brasil, aqui é até um pouco melhor por conta da qualificação técnica da Prefeitura.

A chance do IBGE, por exemplo, mudar uma informação é zero, não existe essa possibilidade. A chance de não disponibilizar a informação ao público também não existe. Há uma estatística muito ruim no Brasil. E vocês a viram agora que a estatística de favela só é boa no Rio devido ao trabalho dos técnicos da Prefeitura, antes mesmo que o IPP existisse. O Rio tem uma tradição longa de cartografia. O Rio criou um cadastro que só existe aqui: o Sistema de Informações sobre Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), que está disponível para os funcionários da Prefeitura no site do Armazém. Com técnicos de várias gestões montou-se um excelente cadastro e hoje há uma ótima cartografia porque se mantém a equipe e a cultura é mantida. A estatística de favela no Rio de Janeiro é muito boa, mesmo assim o IBGE está nos devendo acertar os limites cartográficos das favelas: produz a estatística correta, mas o mapa está errado. Para o IBGE, o São João Batista é uma favela. Nós sabemos que ele está falando da Tabajaras ali do lado e que a estatística está correta, mas a estatística de favelas no Brasil em geral é muito ruim, só no Rio é boa. O IBGE não tem a menor condição de olhar e dizer: é favela. O IBGE tem que fazer pesquisa, dizer se é ou não favela, e isso deve ser feito de acordo com uma ótica urbanística. O conceito de favela está mal definido ou é definido de uma forma difícil de medir: é verificada a existência de favela e se quem mora nela é adensado, carente de serviços públicos. A propriedade não está clara - se é alheia ou pública. Esse aspecto não é possível medir. Se a propriedade é alheia ou pública dá para medir. Agora, em relação a "carentes de serviços públicos" é preciso definir qual o número que indica "carente". Por exemplo: todas as favelas do Rio de Janeiro têm coleta de lixo melhor do que todos os municípios do Rio, este é um dado do IBGE. A coleta de lixo da favela da Maré é melhor do que em Duque de Caxias ou Nilópolis. Então como fazemos? Continuamos ou não a chamar de favela? O primeiro critério, "adensado", o quê quer dizer? É preciso dar um número, definir um indicador. É densidade demográfica? Trata-se de morador por domicílio? É algo vago. Como as favelas surgiram no Rio e as pessoas - tanto em universidades, quanto os arquitetos, os técnicos da Prefeitura - sabem o que é favela existe esse sistema. Eu recebi do IPP um documento que apontava as favelas do Rio. Para o IPP há mais de 700 favelas e para o IBGE há aproximadamente 500. Menos de 50 domicílios o IBGE não considera favela, mas o IPP considera. A divergência, às vezes, é só questão de nomenclatura. O IPP sabe que ali é a favela A, B ou C, mas para o IBGE todo aquele espaço pode ser considerado uma favela só.

Os outros municípios do Brasil não têm essa cartografia, não informam ao IBGE se aquela localidade é favela ou não. Oitenta e nove por cento dos moradores do Complexo do Alemão moram em área de favela, para o IBGE a porcentagem dos moradores de São Gonçalo que moram em favela é zero porque São Gonçalo não informou esse dado. A população em favela de São João de Meriti é de 3%. É verdade que lá existe menos favela porque há muita residência precária, mas que não atende ao critério de ser propriedade alheia ou pública porque em São João de Meriti há mais terra disponível. As propriedades podem nem estar regularizadas e o bairro não é considerado favela.

Como as informações para o IDH vêm do censo é feita uma pesquisa domiciliar, o recenseador bate à porta dos domicílios. O IBGE tem um instrumento chamado Banco Multidimensional Estatístico (BME), disponível para pessoa física ou jurídica e treinou a equipe do IPP para usá-lo. Assim passou a ser considerado pelo IBGE um case: um caso único de aproveitamento das informações do censo. Uma tabela mostra município a município quem migrou de Duque de Caxias para vir morar no Rio e quem migrou do Rio para ir morar em Duque de Caxias nos últimos cinco anos. Há uma outra tabela recente no Armazém que mostra quantos indivíduos, de cada município da Região Metropolitana, vêm diariamente à cidade do Rio de Janeiro para trabalhar ou estudar. São mais de meio milhão de pessoas. Para a área de transportes essa é uma informação preciosa. Mas não há dados, por exemplo, de quantos acessam os serviços de Saúde, não há dados para isso. Essa, que é uma informação fundamental para o Sistema Único de Saúde (SUS), teria de ser um dado de registro. Aí entra o problema cultural e político, não é problema técnico: a pessoa está doente, com dor de cabeça, pega o trem da Central para ir ao posto de saúde em Nova Iguaçu. Quando ela está na fila e alguém pergunta: "Onde você mora?" e ela responde "Eu moro aqui". Então o registro fica com problema. O que acontece mais é que o médico, o enfermeiro, o auxiliar da administração, os servidores públicos, querem atender e quem faz o atendimento não é computador, é gente. O bom médico já não faz a pergunta, ele precisa que o paciente fale. O médico não intimida o paciente para que ele depois pense: "Ele vai até me atender, mas vai dizer que de agora em diante eu vou ter que ir não sei onde...". Então, vejam, há todo o tipo de problema para produzir a informação. O importante é trabalharmos o registro, que por sua vez irá melhorar a informação.

Dessa forma tenho certeza que estamos contribuindo não apenas para a gestão, mas também para a cidadania. Estamos contribuindo para que o cidadão conheça a cidade e possa cobrar dos prefeitos, dos vereadores, dos servidores e das secretarias o que ele precisa saber. Muito obrigado pela atenção de todos.

[Expediente](#)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito: Cesar Maia

Vice-Prefeito: Otavio Leite

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral: Lino Martins da Silva

Sub-controlador: Vinícius Viana

Assessoria de Comunicação

Assessora: Sonia Virgínia Moreira

Cadernos da Controladoria

Organização de Eventos: Graça Louzada

Administração de Eventos: Vanda Pastro

Edição de Texto: Sonia Virginia Moreira

Capa: Georgeana Dummar

Editoração: Fernando Sperandio

Transcrição de Áudio: Flavia Martins

Apoio Técnico: Diego de Souza Nunes

Versão Online: Diego de Souza Nunes

recisamos que eles acertem esses mapas.

